



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O N^o 437

Feito : Processo N^o2044/93-TCE/ACRE
Relator : Conselheiro VALMIR GOMES RIBEIRO
Assunto : Exame do CONVÊNIO N^o17/92, celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Administração e o Governo do Estado do Acre.-

Considerada regular a Prestação de Contas do CONVÊNIO N^o17/92, para execução das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego - "SINE", pelo Govern~~o~~ do Estado

Registro e arquivamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo N^o2044/93, suao indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante do presente julgado, pela regularidade das Contas do Convênio, em exame, na forma regimental e, via de consequência, pelo arquivamento dos autos, procedido o registro nesta Corte de Contas.-.-.-.-.-.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 30 de setembro de 1993.

Isnard Bastos Barbosa Leite
Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente do TCE/ACRE

Valmir Gomes Ribeiro
Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Relator

Fui presente:

Fernando de Oliveira Conde
FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do Ministério Público Especial



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

1993

Assessoria Jurídica - 1993
Assessoria Técnica - 1993
Assessoria de Planejamento - 1993
Assessoria de Gestão - 1993
Assessoria de Controle - 1993
Assessoria de Avaliação - 1993
Assessoria de Monitoramento - 1993
Assessoria de Análise - 1993
Assessoria de Síntese - 1993
Assessoria de Conclusão - 1993

Assessoria de Planejamento - 1993
Assessoria de Gestão - 1993
Assessoria de Controle - 1993
Assessoria de Avaliação - 1993
Assessoria de Monitoramento - 1993
Assessoria de Análise - 1993
Assessoria de Síntese - 1993
Assessoria de Conclusão - 1993

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
Estabelecido no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6.129
de 07 / 10 / 1993 DO. 13
<i>Chula</i>
Secretaria do Plenário

Cons. Tarciso de Fátima
Presidente do Conselho

Cons. Valdir de Fátima
Vice-Presidente

Prf. Presidente

Prf. Presidente

Prf. Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 2.044/93

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Exame do Convênio nº 17/92, celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Administração e o Governo do Estado do Acre.

RELATÓRIO: Trata o processo sob análise, do Convênio nº 17/92, firmado entre o Ministério do Trabalho e da Administração e Governo do Estado do Acre, com o objetivo de Cooperação Técnica e Financeira para a execução das atividades inerentes ao Sistema Nacional de Emprego e Operacionalização do Programa do Seguro-Desemprego.

Em decorrência do termo inicial, surgiu o Aditivo de nº 001/92, celebrado em 06 de dezembro de 1992, onde o Ministério do Trabalho e da Administração se obriga a transferir ao Estado a importância de CR\$-316.000.000,00 para a devida execução do presente acordo, tendo o Estado em contrapartida se obrigado a alocar a importância de CR\$-269.584.000,00, a título de complementação do valor inicialmente proposto a execução do objetivo formulado.

Durante a vigência do termo sob análise, o Ministério liberou apenas a importância de CR\$-266.000.000,00, e o Estado por sua vez liberou o valor de CR\$-124.800.000,00.

Dos recursos liberados pelo Ministério, foram aplicados o valor de CR\$-264.019.730,20, sendo o saldo devolvido ao Tesouro Nacional por intermédio da Secretária de Política e Emprego e Salário.

Quanto aos recursos liberados pelo Estado, foram aplicados em sua totalidade.

O presente processo, foi objeto de análise por parte da 1ª IGCE, que apresentou o Relatório às fls. 175/182.

Remetido os autos ao MPE, sobreveio o lúcido Parecer de nº 494, tendo como signatário o eminente Procurador-Cehfe Dr. Fernando de Oliveira Conde, às fls. 186/187.

É o relatório.

Rio Branco-Acre em, 27 de setembro de 1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
PROCESSO: 2.044/93

RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro

ASSUNTO : Exame do Convênio nº 17/92, celebrado entre o
Ministério do Trabalho e da Administração e o
Governo do Estado do Acre.

CONCLUSÃO E VOTO: Visto, analisado e relatado o presente
feito. e no que pese o Relatório Técnico, dele observa-se
apenas falhas formais em relação a apresentação da referida
Prestação de Contas.

Vale ressaltar, que os recursos oriundos
tanto do Ministério como do Estado, foram aplicados conforme
o estabelecido, bem como feita a devida Prestação de Contas.

Analizada a documentação comprobatória,
cujas peças são partes integrantes do presente feito, não
vislumbrei a existência de quaisquer prejuízo causados à
União, bem como ao Estado, estando por tanto, segundo a
documentação apresentada no bojo do processo, merecedora de
credibilidade em relação a aplicabilidade dos recursos
recebidos.

Isto posto, e a vista do entendimento do
Parecer do MPE, concluo **votando**, pela regularidade da
Prestação de Contas do Convênio ora sob análise, e
consequentemente pelo devido registro neste TCE, seguido do
arquivamento do feito.

É a minha manifestação e meu voto, Senhor
Presidente.

Sala das Sessões em, 30 de setembro de
1993.


Cons. Valmir Gomes Ribeiro

Relator